

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 2025.

Ao

Ilustre Agente de Contratação da Fundação Nacional de Artes - Funarte.

Assunto: Recurso Administrativo

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90.006/2025

Prezado Senhor,

A empresa VIVACOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.996.691/0001-89, estabelecida a Rua José Bonifácio, nº 1050, SL 0407, Bairro Todos os Santos, Rio de Janeiro/RJ Cep.: 20770-240, neste ato representada pelo Sr. Diego Macaciel Arruda Rodrigues, Brasileiro, Carteira de Identidade nº XXXXXX e C.P.F. 089.XXX.XXX-03, vem, respeitosamente e tempestivamente, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão da Comissão de Contratação/Agente de Contratação na habilitação precipitada da empresa K8.COM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.419.850/0001-36, conforme lhe faculta a Lei n.º 14.133/2021 e o edital, nos seguintes termos.

1. Considerações Iniciais

A ora Recorrente apresenta o presente recurso administrativo confiando na observância dos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e julgamento objetivo, que norteiam os procedimentos licitatórios. Acredita esta empresa que a análise do caso será conduzida com a necessária imparcialidade e rigor técnico, em busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Ao longo destas razões recursais, restará demonstrado que a Recorrente detém direito líquido e certo à sua habilitação, tendo atendido de forma plena e regular às exigências do edital e da legislação aplicável, motivo pelo qual requer a reforma da decisão que culminou em sua inabilitação.

VIVACOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.996.691/0001-89

Rua José Bonifácio, nº 1050, BLC 2, SAL 0407, Todos os Santos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20770-240

TELEFONE: (21) 96408-1501 - E-MAIL: adm@grupovivacom.com.br

2. Do Direito Pleno ao Recurso Administrativo

A Recorrente exerce, de forma tempestiva e regular, o direito de interpor recurso administrativo, com fundamento na legislação vigente e nas normas editalícias aplicáveis ao certame.

Do Edital

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Da Lei nº 14.133/2021

À luz do art. 165 (Capítulo II – Das Impugnações, dos Pedidos de Esclarecimento e dos Recursos), requer-se o conhecimento e processamento do presente recurso, nos termos dos seguintes parâmetros legais:

- § 2º: o recurso é dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la em 3 (três) dias úteis ou, não o fazendo, encaminhá-lo com motivação à autoridade superior, que deverá decidir em até 10 (dez) dias úteis;
- § 3º: o acolhimento do recurso implica a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento;

Diante do cumprimento dos requisitos de cabimento, legitimidade, interesse, tempestividade e regularidade formal, requer a Recorrente o recebimento e o conhecimento deste recurso pela Ilustre Comissão de Contratação/Agente de Contratação da Fundação Nacional de Artes, com a análise de todos os fatos e fundamentos aqui expostos, procedendo-se, se for o caso, à reconsideração da decisão ou ao encaminhamento à autoridade superior, na forma do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

3. Dos Fatos

Foi publicado o instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 06/2024/FUNARTE, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de operação, manutenção predial preventiva, corretiva e de recuperação (serviços excepcionais), com fornecimento de peças, materiais de consumo, ferramentas e insumos sob demanda, bem como mão de obra em regime de dedicação exclusiva para execução dos serviços permanentes/dedicados, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais da Fundação Nacional de Artes – Funarte, conforme condições e exigências do Edital e Anexos.

Entre as condições de Qualificação Técnica, o instrumento convocatório estabelece, de forma destacada:

- 8.32 – Apresentação de profissional (CREA/CAU) detentor de ART/RRT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, com a respectiva CAT (engenheiro civil) ou CAT com atestado (arquiteto);
 - 8.32.1 – Engenheiro Civil: serviços de manutenção predial preditiva e corretiva;
 - 8.32.2 – Arquiteto: serviços de manutenção predial preditiva e corretiva.
- 8.38 – Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto, mediante certidões/atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos por CREA/CAU.
- 8.39 – Os atestados devem referir-se a contratos executados com características mínimas específicas; em especial:
 - 8.39.1 (Grupo 1) – comprovação de serviços de manutenção predial em edificações com área construída mínima de 12.000 m².

- 8.41 – Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, admitido o somatório de atestados de períodos distintos, dispensada a continuidade, nos termos do item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 8.42 – Aceitação apenas de atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido pelo menos 1 (um) ano do início da execução (salvo contratos com prazo inferior), conforme item 10.8 do Anexo VII-A da mesma Instrução Normativa.

A Recorrente insurge-se contra a habilitação da empresa K8.COM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 20.419.850/0001-36), por não ter comprovado, de forma inequívoca, o atendimento aos requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos, notadamente:

1. Experiência mínima de 3 (três) anos (item 8.41): os documentos apresentados não evidenciam, de maneira clara e objetiva, a prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, com fornecimento de peças e mão de obra em dedicação exclusiva, em período equivalente a 36 meses, ainda que por somatório de atestados, como autorizado pelo edital e pela IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
2. Equivalência de objeto e complexidade (itens 8.32 e 8.38): os atestados juntados não demonstram, com a precisão exigida, a equivalência tecnológica e operacional com o objeto licitado, tampouco a correspondência às atividades de manutenção preditiva e corretiva sob regime de dedicação exclusiva, com fornecimento de peças e insumos.
3. Parâmetro mínimo de porte (item 8.39.1 – Grupo 1): não restou comprovada, de modo suficiente, a execução de manutenção predial em edificações com área construída mínima de 12.000 m², parâmetro objetivo e indispensável à aferição de capacidade operacional.
4. Temporalidade e validade dos atestados (item 8.42): há peças documentais que não atendem ao requisito de emissão após a conclusão do contrato ou após 1 (um) ano de sua vigência (salvo hipóteses excepcionadas), o que compromete sua idoneidade para fins de habilitação técnica.

Ressalta-se que a qualificação técnico-operacional não se satisfaz com declarações genéricas, contratos sem escopo equiparável, notas fiscais dissociadas de atestados idôneos ou atestados

que não reflitam, com precisão, o regime de execução exigido (serviços contínuos com dedicação exclusiva e fornecimento de peças/insumos). Exige-se lastro probatório robusto, apto a permitir a verificação objetiva do atendimento aos itens 8.32, 8.38, 8.39, 8.41 e 8.42, conforme demonstraremos a seguir.

No curso da sessão pública, as comunicações registradas no chat do pregão evidenciam, com precisão temporal e material, as deficiências probatórias. Em 23/09/2025, às 12:01, a Recorrida limitou-se a afirmar genericamente possuir condições de execução, sem trazer prova técnica idônea. Às 12:16 do mesmo dia, confessou ter encaminhado “três contratos, porém sem os devidos atestados”, justificando que se tratavam de contratos “em execução”, com “aditivos em andamento” e “atualização de atestados ainda na fase de execução”, circunstância que, por si, revela a ausência de certidões/atestados exigidos para a fase de habilitação.

Na sequência, a pregoeira registrou que os atestados não totalizavam os 3 anos e que as respectivas datas estavam confusas, solicitando, de modo organizado por contrato, a apresentação de atestado, ART, CAT, notas fiscais e documento de conclusão, o que confirma a insuficiência documental e a inviabilidade, naquele momento, de aferir o requisito temporal mínimo.

Ainda no dia 23/09/2025, a autoridade apontou, especificamente, que o atestado do Ministério Público Militar registrava apenas quatro meses de execução e que a CAT correspondente não informava a data de término, determinando a juntada da ART e do contrato; quanto ao IFRJ, registrou divergências entre as datas do atestado (14/02/2019 a 15/02/2021) e da CAT (com indicação de início em 14/02/2020 e, no verso, 15/02/2019), o que impossibilitava a correta apuração do tempo de execução.

Sobre o documento relativo à SOMAR, consignou-se tratar de escopo de obra com paralisação de 1 ano e 8 meses, sem período claro de execução, reforçando a inadequação desse título para comprovar serviços continuados de manutenção predial. Às 12:33, a Recorrida reconheceu, relativamente ao IFRJ, que “não executou toda a demanda” (tratava-se de SRP), prometendo notas fiscais e relatórios que, todavia, não foram apresentados, como se consignou às 15:09 do mesmo dia.

A par disso, e sem prejuízo dos parâmetros específicos de metragem exigidos nesta licitação, a pregoeira esclareceu que a Recorrida havia apresentado em outro certame (BH/MG) atestados mais robustos do que nesta disputa, justamente onde seriam necessários, acentuando o desalinhamento entre os parâmetros do Termo de Referência desta contratação (área mínima de 12.000 m² para RJ) e a prova carreada aos autos.

O ponto nuclear, contudo, emergiu com a diligência realizada pela área técnica: em 23/09/2025 registrou-se a diligência ao IFRJ (telefone 2565-0709) na qual o Fiscal de Contrato, Sr. André, informou “dificuldade nas tratativas, fornecimento de material de baixa qualidade, profissionais desqualificados”, com aplicação de “multa e Suspensão Temporária”, concluindo-se expressamente que “não serão considerados os atestados do IFRJ”. Tal conclusão foi reiterada às 15:08:42, quando a pregoeira comunicou o resultado da diligência e recomendou a verificação das anotações, ao que se somou o registro de que relatórios de execução e notas fiscais não foram encaminhados.

No dia 25/09/2025, às 13:29, a Administração demandou o contrato e as ARTs do IFRJ nº 02/2019; a Recorrida admitiu não possuir a CAT correspondente, alegando “averbação em curso” e sustentando, impropriamente, que o edital não exigiria a averbação.

Entre 14:14:14 e 14:19:15, a área requisitante sintetizou a análise dos títulos: relativamente ao IFRJ – Maracanã (Contrato 04/2019), após a diligência telefônica e relatos de multa e rescisão por inexecução parcial, aventou-se, não obstante, a utilização parcial daquele conjunto para fins de área/escopo, desde que complementado o tempo; quanto ao IFRJ – Outros Campus (Contrato 02/2019) e ao CIAA/Marinha (Contrato 014/2020), registrou-se a ausência dos contratos, a necessidade de apresentação das CATs e a mera equivalência das ARTs ao objeto, com áreas (18.032 m² e 57.624 m², respectivamente) que, por si, não suprem a falta de documentos essenciais; quanto ao MPM (Contrato 39/2020) e à SOMAR (Contrato 87/2019), entendeu-se que os escopos se aproximam de obras, sendo inadequados à demonstração de serviços continuados de manutenção; e, por fim, quanto ao DEGASE, assentou-se que os contratos vigentes, sem CAT (exigida no item pertinente do edital), não serviriam para a comprovação nesta fase.

No mesmo dia, às 16:00, consignou-se que as ARTs apresentadas para o MPM não correspondiam à CAT nº 2020180198017, evidenciando o desalinhamento entre documentos basilares. Embora se tenha anotado que o aceite da proposta considerou o conjunto de documentos e as diligências da COENG, tal registro genérico não tem força para superar as falhas materiais acima descritas, sobretudo a desconsideração oficial dos atestados do IFRJ e a impossibilidade de, com o remanescente, perfazer o triênio exigido.

Do ponto de vista jurídico, o edital vincula a Administração e os licitantes, impondo a observância estrita dos requisitos de habilitação, em especial os atinentes à qualificação técnico-operacional.

A experiência mínima de 3 anos, em serviços continuados de manutenção predial com fornecimento de peças e mão de obra dedicada, deve ser demonstrada por atestados ou certidões idôneos que descrevam, com objetividade, escopo, período e locais atendidos, sendo inadequado o emprego de documentos de natureza diversa (p. ex., notas fiscais, títulos de obra) para suprir a exigência voltada a serviços.

A diligência administrativa pode sanar falhas formais ou complementar informações de documentos já apresentados, nunca substituir documento essencial ausente ou corrigir deficiência substancial; no caso, a própria diligência técnica conduziu à inidoneidade dos atestados do IFRJ, por inconsistência temporal e registro de sanções (multa e suspensão temporária), determinando a sua desconsideração.

Sem os atestados do IFRJ, resta apenas um mosaico documental incapaz de alcançar, com segurança, o período de 3 anos: o título do MPM indica quatro meses e apresenta desconformidade entre CAT e ART; os documentos relativos à SOMAR e ao próprio MPM refletem escopos de obra; o DEGASE, por estar vigente e desprovido de CAT idônea, não serve à habilitação; e os contratos IFRJ 02/2019 e CIAA/Marinha carecem de apresentação contratual e das respectivas CATs, de modo que a mera menção a metragens não supre a falta de prova essencial.

A manutenção da habilitação, sem o devido cumprimento das condições técnicas objetivas, viola os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ambos expressamente previstos na Lei nº 14.133/2021, além da isonomia entre licitantes. O respeito

estrito às regras do edital é imperativo: o que se exige de uns deve ser exigido de todos, sob pena de distorção competitiva e de nulidade do certame.

Cumpre salientar que eventuais licitantes podem ter deixado de participar ou foram inabilitados por não ostentarem – de forma tempestiva – os mesmos documentos agora relativizados para a K8.COM, o que reforça a necessidade de observância literal dos requisitos editalícios e a preservação da igualdade de condições.

Enquadramento dos documentos apresentados:

1. IFRJ (Campus RJ) – Atestado/CAT: serviços de manutenção predial de 14/02/2019 a 15/02/2021 → 2 anos (insuficiente para o mínimo de 3 anos).
2. MPM/PJM-RJ – Atestado: datas ilegíveis → inapto para contagem (falta elemento substancial).
3. ARTs/atestados de obras (ex.: somar/superestrutura): não são serviços continuados de manutenção predial → inidôneos para a finalidade (art. 67, II).
4. DEGASE (2024) – documentos de execução atual sem atestado/certidão: não servem para comprovar período mínimo exigido durante a habilitação; eventual atestado futuro não pode substituir documento essencial ausente na fase própria.

Não há lastro documental claro para os 3 anos. O conjunto probatório alcança 2 anos (IFRJ) e os demais itens não podem ser agregados por falta de legibilidade, natureza inadequada (obras ≠ serviço continuado) ou inexistência de atestado.

Princípios e riscos envolvidos

- Vinculação ao edital e julgamento objetivo: habilitar sem fechar o requisito temporal reduz o edital a “sugestão”, subverte o julgamento objetivo e abre margem a casuísmo.
- Isonomia e competitividade: licitantes que observaram rigorosamente as exigências ficam em desvantagem, comprometendo a igualdade de condições.

- Risco de responsabilização: a aceitação de documentos insuficientes/ilegíveis ou inidôneos fragiliza a contratação, expondo a Administração a questionamentos de controle e eventuais nulidades procedimentais (art. 71 da Lei 14.133).

4. Dos Pedidos

Diante do exposto, requer-se:

1. Provimento do presente recurso, para inabilitar a empresa K8.COM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA por não comprovar a experiência mínima de 3 (três) anos em serviços continuados de manutenção predial, em afronta ao edital e ao art. 67, II, da Lei 14.133/2021.
2. Subsidiariamente, caso se entenda por diligência, que esta se restrinja ao saneamento formal de documentos já apresentados, vedada a substituição por novos atestados ou por documentos com escopo diverso (art. 64, §1º), sob pena de violação à vinculação ao edital e ao julgamento objetivo.
3. O regular prosseguimento do certame com a exclusão da Recorrida, preservando-se a isonomia e a competitividade.

Termos em que,
Pede deferimento.

VIVACOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Diego Macaciel Arruda Rodrigues

CPF: 089.XXX.XXX-03

Diretor

10.996.691/0001-89

**VIVACOM COMERCIO E
SERVIÇOS LTDA**

Rua José Bonifácio, nº 1050, BLC 2
Sala 0407 – Todos os Santos/RJ
CEP: 20.770-240

VIVACOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.996.691/0001-89

Rua José Bonifácio, nº 1050, BLC 2, SAL 0407, Todos os Santos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20770-240

TELEFONE: (21) 96408-1501 - E-MAIL: adm@grupovivacom.com.br